

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 9.956, DE 2018

Apensado: PL nº 1.040/2019

Institui o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, dispõe sobre o treinamento e aproveitamento profissional do Reservista Cidadão e dá providências correlatas.

Autores: Deputados LAURA CARNEIRO E
HILDO ROCHA

Relator: Deputado DANIEL ALMEIDA

I - RELATÓRIO

A iniciativa em epígrafe tem por escopo instituir o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, definindo como Reservista Cidadão todo aquele que tendo cumprido o serviço militar obrigatório, esteja em plenas condições de exercer atividade remunerada em empresas de segurança da iniciativa privada e indústria de armamento bélico, estabelecendo o Contrato de Trabalho Especial do Reservista Cidadão, o qual deverá ser ajustado por escrito e por prazo determinado e definido entre as partes. O contrato especial de trabalho Reservista Cidadão se extinguirá após três anos de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período ou antecipadamente por interesse das partes.

Em 17/12/2019, a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), atual Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), aprovou parecer pela rejeição das proposições, da lavra do Deputado Glaustin Fokus. Em 04/08/2021, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), aprovou parecer pela rejeição das proposições, da lavra do Deputado Coronel Armando.



Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto (de 27/04/2023 a 10/05/2023), não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O PL principal traz a justa e meritória preocupação acerca da necessidade de criação de mecanismos que fomentem a inserção de jovens egressos do Serviço Militar no mercado formal de trabalho, justamente a faixa etária mais afetada pelo desemprego estrutural em nosso país. Já o PL apenso é mais restrito, limitando-se a tratar da oferta de cursos profissionalizantes ao encargo das Forças Armadas.

As políticas públicas de emprego devem priorizar a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

As pesquisas demonstram que a maior dificuldade de empregabilidade é a das pessoas na faixa etária compreendida entre os 17 e os 29 anos de idade. Dados recentes apontam que, do total de desempregados do país, algo em torno de 35% se encontra na faixa etária entre 14 e 17 anos de idade, enquanto na faixa de 18 a 24 anos, o desemprego atinge 20%.

Alie-se a esse quadro fático, no caso dos jovens, por terem menos tempo de emprego e receberem salários menores, o custo da demissão também é menor, o que faz com que os jovens sejam duramente atingidos pelo desemprego.

Além disso, outro aspecto a ser considerado é o fato de que os trabalhadores jovens têm menos experiência e, igualmente, menos qualificação profissional demandando maior investimento em qualificação ou treinamento.

Registro aqui, que os meios de produção têm o dever constitucional de atenderem a sua função social, como expressamente determina o inciso do art. 5º da Constituição Federal:



Art. 5º.....

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

A Constituição Federal, longo em seu art. 1º, incisos III e IV elege os seguintes fundamentos República Federativa do Brasil:

Art.

1º

.....

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Da leitura dos dispositivos constitucionais acima listados, é fácil concluir que à livre iniciativa se comete a tarefa de ser também um ator social na promoção da dignidade do trabalhador, já que o trabalho também é um valor constitucional social.

Não vislumbramos na proposição principal sob análise neste colegiado, como o fizeram os relatores que nos antecederam, indevidas ingerências da iniciativa privada e, muito menos, qualquer estabelecimento de reserva de mercado. Entretanto, entendemos que o PL apensado invade competência do Presidente da República ao atribuir às Forças Armadas atribuições, razão pela qual votaremos pela sua rejeição.

No PL principal, com o intuito de aperfeiçoamento do mérito, entendemos por bem apresentar a ele 3 (três emendas). A primeira, alterando a redação do § 4º do art. 4º, remetendo ao regulamento dispor sobre os conteúdos dos cursos profissionalizantes; a segunda, alterando a redação do art. 5º, adequando os percentuais obrigatórios de contratação; e a terceira, excluindo o § 3º do art. 6º, porque invade competência privativa do Presidente da República.

Nesses termos, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 9.956, de 2018, com as 3 (três) emendas em anexo, e pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 1;040, de 2019.

Sala da Comissão, em 01 de agosto de 2023.



Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator

Apresentação: 01/08/2023 14:32:29.430 - CTRAB
PRL 1 CTRAB => PL 9956/2018

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237417595300>



COMISSÃO DE TRABALHO**PROJETO DE LEI Nº 9.956, DE 2018**

Institui o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, dispõe sobre o treinamento e aproveitamento profissional do Reservista Cidadão e dá providências correlatas.

EMENDA Nº 01

Dê-se ao § 4º do art. 4º do projeto a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o *caput* deste artigo se caracteriza por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho e baseadas no conjunto de habilidades apreendidas e desenvolvidas no âmbito do serviço militar, nos termos do regulamento."

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator

2023-7101



COMISSÃO DE TRABALHO**PROJETO DE LEI Nº 9.956, DE 2018**

Institui o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, dispõe sobre o treinamento e aproveitamento profissional do Reservista Cidadão e dá providências correlatas.

EMENDA Nº 02

Dê-se ao art. 5º do projeto a seguinte redação:

"Art. 5º As empresas de segurança privada, de natureza financeira e patrimonial, estão obrigadas a empregar e fornecer cursos de especialização em segurança privada a cinco por cento, no mínimo, e dez por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada empresa, cujas funções sejam diretamente ligadas às de habilidades aprendidas e desenvolvidas no âmbito do serviço militar."

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator

2023-7101



COMISSÃO DE TRABALHO**PROJETO DE LEI Nº 9.956, DE 2018**

Institui o Programa Reservistas em Ação por Cidadania, dispõe sobre o treinamento e aproveitamento profissional do Reservista Cidadão e dá providências correlatas.

EMENDA Nº 03

Suprima-se o § 3º do art. 6º do projeto.

Sala da Comissão, em 04 de julho de 2023.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator

